

“*Royalties*, riscos e oportunidades”

I – Apresentação

Este documento é uma síntese dos principais consensos obtidos a partir da 2.^a Roda de Ciência, realizada em 14 de setembro de 2005, na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). O tema da Roda foi “*Royalties*: o que fazer com esses recursos?”

Foram cinco os debatedores, que subscrevem este documento: **Adelfran Lacerda de Matos** (jornalista e mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades); **Hélio Jorge Portugal Severiano Ribeiro** (geólogo e pesquisador do Laboratório de Engenharia e Exploração de Petróleo da Uenf); **João Carlos de Aquino Almeida** (biólogo e pesquisador do Laboratório de Fisiologia e Biologia de Microrganismos da Uenf); **Rodrigo Valente Serra** (economista e pesquisador da Universidade Cândido Mendes e do Cefet-Campos) e **Teresa de Jesus Peixoto Faria** (arquiteta e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico da Uenf).

Além da contribuição dos debatedores, este documento incorpora subsídios oferecidos pela participação da platéia.

II – Resumo do debate

Os principais eixos do debate foram os seguintes:

1 – O tempo de produção que resta à Bacia de Campos

Esta estimativa não depende apenas do volume de “reservas provadas” (jazidas já identificadas), mas também da evolução das tecnologias ligadas ao segmento do petróleo. Levando em conta as reservas conhecidas e o atual nível tecnológico, a maioria dos geólogos estima a duração da exploração na Bacia de Campos em 30 anos. Consideradas as mesmas premissas, dados da Petrobras indicariam que a produção atingirá o ápice por volta de 2015, mantendo-se estacionária até 2020 e começando a declinar em seguida.

A produção de óleo de melhor qualidade no Espírito Santo, Alagoas e Santos (SP) também pode interferir no tempo e no ritmo da produção na Bacia de Campos.

2 – Os *royalties* podem acabar antes do petróleo

A legislação que estabeleceu o pagamento a municípios de *royalties* pelo petróleo extraído na plataforma continental foi uma conquista política das regiões produtoras. Embora houvesse exploração de petróleo em mar no Brasil desde 1969, o pagamento de *royalties* a municípios só foi previsto em lei em 1985 (Lei 7.453, de 27/12/85), tendo-se potencializado a partir de 1997 com a flexibilização do monopólio estatal do petróleo (Lei n.º 9.478, de 06/08/1997). Isto levou Campos à atual condição de segundo maior orçamento *per capita* entre municípios brasileiros com mais de 400 mil habitantes.

Como conquista política, os *royalties* poderão ser modificados ou suprimidos a qualquer tempo, independentemente da produção de petróleo. No momento, tramitam no Congresso Nacional vários projetos propondo a revisão dos critérios de rateio, sempre no sentido de redistribuir os recursos. Isto reforça a necessidade da instituição e/ou fortalecimento de comitês locais de acompanhamento das propostas parlamentares nessa matéria.

3 – É preciso acionar mecanismos de controle social da aplicação dos recursos

Em Campos e nos demais municípios produtores de petróleo do Estado do Rio de Janeiro, não há mecanismos efetivos de controle social da aplicação dos *royalties*. A sociedade não sabe onde são aplicados os recursos, é crítica quanto a esse aspecto e tem “pavor” do cenário pós-*royalties*. Por outro lado, não tem projetos claros a sustentar como prioridades.

A falta de transparência, além de criar ambiente favorável a práticas de corrupção, constitui forte argumento a favor da redistribuição dos recursos, em detrimento dos futuros orçamentos municipais de Campos. Para sair da sua atual posição defensiva nesse terreno, sociedade organizada e representantes políticos locais têm a seu alcance pelo menos dois instrumentos: (a) adotar mecanismos de gestão local criativos e exemplares; (b) cobrar das outras instâncias receptoras de *royalties* (incluindo Estado e União) a mesma transparência e o mesmo zelo na aplicação dos recursos, de preferência contemplando as regiões produtoras.

O atual nível de comprometimento do orçamento municipal com despesas de custeio e de pessoal indica que possivelmente não haverá recursos sequer para manter a máquina pública em caso de interrupção nas receitas do petróleo. Isto independentemente do tipo de aplicação que se faça dos recursos, já que o retorno nunca será comparável à magnitude dos atuais repasses. Trata-se de uma questão complexa: embora os *royalties* não possam ser aplicados diretamente em pagamento de pessoal, os recursos podem ser investidos na expansão e melhoria da infra-estrutura pública, o que acaba elevando os gastos com custeio em geral e pessoal em particular.

Note-se que a legislação não obriga os gestores públicos a aplicar os *royalties* em obras de infra-estrutura urbana. Há um amplo leque de possibilidades de aplicação e, portanto, grande margem para a participação da sociedade na definição de prioridades, sobretudo em áreas como saúde, meio ambiente, saneamento e outras cruciais para o município.

Neste sentido, a “Roda de Ciência” sugere a instituição de um fórum permanente onde representantes do Poder Público e lideranças da sociedade discutam políticas de Estado de médio e longo prazo para aplicação dos recursos.

4 – O município precisa de planejamento amplo, multidisciplinar e integrado

Os problemas afetos ao Poder Público Municipal têm se agigantado em volume e em complexidade nos últimos anos, o que recomenda a elaboração de um planejamento amplo e calcado na participação da sociedade. Tecnicamente, é necessário mobilizar o conhecimento de especialistas de diferentes áreas, pois questões aparentemente relacionadas a uma área provocam impactos em várias outras. Por exemplo, os efeitos de intervenções no trânsito podem ultrapassar em muito a simples condição do fluxo de veículos, repercutindo eventualmente em questões como adensamento populacional,

verticalização, colapso na oferta de água ou esgoto, segregação de segmentos mais carentes da população, problemas de meio ambiente etc.

A dispersão da população no entorno do centro urbano faz com que distritos e bairros da periferia sejam freqüentemente desprovidos de serviços públicos de primeira necessidade, como água tratada e coleta de esgoto doméstico.

Os investimentos em educação devem ser feitos de maneira planejada, com prioridade para a educação básica. No ensino superior, o financiamento de bolsas deve privilegiar carreiras que representem demandas significativas no município e que venham a contribuir para o desenvolvimento regional, a exemplo da formação de professores.

5 – Já existem dispositivos a serem implementados ou aperfeiçoados

O Fundecam (Fundo de Desenvolvimento de Campos) é considerado uma das iniciativas mais criativas e promissoras em termos de aplicação dos *royalties* na região da Bacia de Campos. Mas não está sujeito a mecanismos de controle social, o que lhe imputa traços de vulnerabilidade, independentemente dos grupos políticos eventualmente abrigados no poder municipal, tais como: (a) não está blindado à corrupção; (b) seu formato institucional, que prevê o atendimento em balcão, não favorece a atuação do Poder Público no sentido de induzir políticas de investimento mediante critérios prévios de preferência para o financiamento. Neste sentido, o Fundecam deve ser aperfeiçoado — em termos de transparência e de participação da sociedade nas decisões sobre projetos e recursos aprovados — e ampliado.

Há ainda um mecanismo já instituído e pronto para ser acionado, que é o Fundo de Projetos Científicos e Tecnológicos (FPCT). O FPCT foi criado pelo Artigo 12 da Lei Municipal 6.457, de 14/11/1997, sancionada em 18/03/1998 e republicada no Diário Oficial do Município em 19/03/1998. Os recursos financeiros do FPCT virão de dotações orçamentárias, incentivos fiscais e outras fontes. Na época de instituição do Fundo, não estavam maduras duas condições hoje excepcionais para sua plena operacionalização: a constituição do pólo universitário, com dezenas de instituições desenvolvendo pesquisas e formando pesquisadores, e o salto nas receitas municipais através dos *royalties*.

O formato institucional do FPCT já contempla a participação da sociedade através da Comissão Municipal de Incentivo à Ciência e Tecnologia, integrada por representantes da comunidade científica local e da administração municipal. Com tais características, o FPCT pode atuar como catalisador das energias e potencialidades do meio acadêmico instalado em Campos, induzindo a cooperação entre as instituições com foco em projetos estratégicos para o município. Numa visão mais abrangente, pode-se buscar a articulação com outros municípios produtores de petróleo no sentido de implementar projetos inter-regionais que envolvam a adoção de novas tecnologias e a geração de novos postos de trabalho.

III - Resumo das propostas:

1 – Criação e/ou fortalecimento de comitês de acompanhamento das propostas de alteração na legislação dos *royalties* no Congresso Nacional;

2 – Instituição de um Fórum permanente onde Poder Público e sociedade organizada discutam, estabeleçam e avaliem políticas de Estado de médio e longo prazo para aplicação dos *royalties*;

3 – Elaboração pelo município de planejamento amplo e calcado na participação da sociedade e na contribuição técnica de múltiplas áreas de conhecimento;

4 – Atribuição de prioridade à qualidade da educação básica e estabelecimento de critérios objetivos para o financiamento de bolsas no ensino superior, levando em conta interesses estratégicos do município;

5 – Ampliação do Fundecam mediante aperfeiçoamento de seu formato institucional, contemplando principalmente maior transparência e controle social sobre as aplicações;

6 – Implementação do Fundo de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (FPCT), mediante dotação orçamentária mínima, objetivando mobilizar a comunidade científica em torno da solução dos problemas locais mais relevantes ou urgentes.

Campos dos Goytacazes (RJ), 28 de setembro de 2005

Adelfran Lacerda de Matos

jornalista e mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades

Hélio Jorge Portugal Severiano Ribeiro

Geólogo, professor e pesquisador do Laboratório de Engenharia e Exploração de Petróleo (Lenep) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)

João Carlos de Aquino Almeida

Biólogo, professor e pesquisador do Laboratório de Fisiologia e Bioquímica de Microrganismos (LFBM) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)

Rodrigo Valente Serra

Economista, professor e pesquisador da Universidade Candido Mendes (Ucam-Campos) e do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-Campos)

Teresa de Jesus Peixoto Faria

Arquiteta, professora e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)

Pela Assessoria de Comunicação da Uenf, autora do relatório:

Felipe Moussallem:

Fúlvia D'Alessandri:

Gustavo Smiderle: